

## CUT ataca nosso sindicato nacional

É constrangedor ver a CUT, criada no bojo das lutas contra a ditadura militar, pela redemocratização do país, mergulhar fundo em práticas sindicais pelegas e no sindicalismo oficial, articulado com o governo federal. Mais de 200 colegas de 36 instituições federais de ensino superior tentaram participar de assembléia na sede da CUT, convocada por três docentes por meio de edital publicado em jornais, para criar um sindicato dos docentes das universidades federais. São deploráveis as imagens do constrangimento e cerceamento à participação. Ativam na memória as imagens dos halterofilistas contratados para “regular” a entrada dos opositores nas assembléias do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, comandado pelo arqui-pelego Joaquinção, ex-interventor sindical e, então, fiel servo da ditadura militar e do patronato.

A Constituição Federal de 1988 determina ser “livre a associação profissional ou sindical”, que não depende de autorização do Estado, mas ressalva a necessidade de “registro no órgão competente” e veda a criação de mais de uma organização sindical na mesma base territorial definida pelos trabalhadores. Somos favoráveis à plena liberdade de organização sindical, mas é a Constituição que impõe até hoje e com pouca chance de mudar, a existência de um único sindicato na mesma base. Para lograr êxito legal, portanto, essa iniciativa da CUT necessita des-

truir o nosso Andes-Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior.

Neste sentido o oficialismo da CUT conta com a confusão gerada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que cria dificuldades legais para o nosso sindicato, esquivando-se de cumprir a decisão do Supremo Tribunal Federal, que reconheceu a validade do ato administrativo de concessão do registro do Andes-SN pelo MTE em 1990 (vide Informativo Adusp 266).

### Polpudo imposto

Não há como deixar de perceber que, além de a organização dos docentes das instituições de ensino superior ter valor político-estratégico, essa iniciativa também visa a colocar as mãos no polpudo imposto sindical (compulsório) que passará a ser

recolhido dos docentes a partir da reforma da legislação trabalhista (o estatuto do Andes aceita apenas contribuição voluntária dos docentes). Nunca é demais lembrar que, segundo a reforma em andamento, parcela ponderável deste recolhimento compulsório irá para as centrais sindicais, o que, em parte, pode explicar o interesse da CUT.

Estamos diante de uma violência inadmissível contra nossa livre organização sindical, que ameaça a entidade que construímos para lutar por uma sociedade democrática, justa, onde uma educação pública, gratuita e de qualidade seja direito de todos. Isto exige que nos manifestemos e mobilizemos de todas as formas possíveis para não permitir que um sindicalismo servil e domesticado se instale nas instituições de ensino superior brasileiras.

## Desrespeito do Cruesp

Desde maio o Fórum das Seis não recebe a planilha com os gastos das universidades. Entretanto, a Reitoria da Unicamp tomou a iniciativa de divulgar comunicado a todos os seus servidores, informando os repasses e gastos daquela universidade. A publicação mostrou que o comprometimento da Unicamp com salários no período janeiro-agosto foi de 81%, o mais baixo desde

1995. Isto é coerente com o crescimento da arrecadação do ICMS em níveis muito acima do esperado. Até julho a arrecadação atingiu R\$ 30,9 bilhões, superando em mais de 10% a previsão de R\$ 27,3 bilhões. O Cruesp tem que parar de sonegar informações à comunidade universitária e sentar-se à mesa para negociar seus compromissos não cumpridos.

Fotos: Daniel Garcia



Professores federais impedidos de entrar



## Gatilho: será que vai?

A uma semana da data combinada (18/9) para a Reitoria apresentar uma proposta de lista incontroversa de beneficiários desta ação, nenhuma reunião foi agendada. Recebemos apenas uma listagem com 171 nomes em 5/9/2008, por correio eletrônico, juntamente com mensagem indicando que eles não constavam da lista inicial do processo. Nossa resposta foi enviada em 10/9 afirmando que, exceto para um dos nomes, todos os demais constavam da petição inicial. O nome não presente se configurou como possível erro material e deve ser beneficiário tam-

bém. Aguardamos a remessa de novas listagens que possibilitem elaborarmos a lista incontroversa até a data combinada. É preciso lembrar mais uma vez que em junho a Reitoria pediu 60 dias para resolver todas as pendências, o que deveria ter ocorrido até 3 de agosto passado. Mas a situação não avançou. A sucessão de adiamentos por parte da administração tem trazido descontentamento entre os docentes e apenas contribui para desacreditar as afirmações da Reitoria de que pretende agilizar o encerramento da ação.

# Sindicato “por procuração”?

Fotos: Daniel Garcia

**T**rês professores pertencentes ao Fórum dos Professores das Instituições Federais de Ensino Superior (Proifes) convocaram “todos os trabalhadores integrantes da categoria profissional dos Professores do Ensino Superior Público Federal (Universidades Federais), com base territorial e de representação em todo o território nacional”, para fundarem um sindicato no dia 6 de setembro de 2008, às 15 horas, na sede nacional da CUT.

Isso era o que dizia o edital de convocação, publicado no Diário Oficial da União e em alguns outros jornais. Mas não foi o que ocorreu.

Mais de 200 professores de 36 universidades federais, filiados às respectivas seções sindicais do Andes-Sindicato Nacional de diferentes pontos do país, chegaram ao local com pelo menos 30 minutos de antecedência, mas não puderam entrar na sede da CUT. Embora ali dentro estivessem pouco mais de 100 docentes, os 200 do lado de fora depararam-se com um rigoroso sistema de triagem, comandado por seguranças privados, e que consistia em retardar deliberadamente o ingresso das pessoas que, sabia-se, votariam contra a criação de um novo sindicato.

Os professores “de fora” tiveram de formar fila indiana e eram admitidos no prédio um a um, à medida que o anterior se credenciava. Mas esse “credenciamento” implicava não só a apresentação de documentos funcionais (carteira, hollerith), mas também o preenchimento de uma ficha detalhada, seguido da revista completa da pessoa e de seus pertences. Máquinas fotográficas e aparelhos celulares tinham que ser deixados com os seguranças — uma arbitrariedade até então desconheci-

da, mesmo em disputas sindicais.

## Votação relâmpago

Logo se constatou que a assembleia, marcada para 15 horas, começaria sem que os professores que estavam na rua entrassem, pois o ritmo de credenciamento era de 5 a 7 minutos por pessoa. Assim, pouco antes de começar a assembleia, o professor Fernando Molinos, o primeiro a conseguir credenciar-se, dirigiu-se a Denise Mota Dau, uma dirigente da CUT nacional que estava presente na sede, para manifestar seu inconformismo com aquela situação, pois estava-se inviabilizando a presença de um grande contingente de docentes. De nada adiantou.

Somente cinco docentes ligados ao Andes-SN haviam conseguido credenciar-se quando se deu a votação pela criação do novo sindicato, pouco antes das 15h10. “Não foi aberta a fala para ninguém”, relatou, depois, o professor Antonio Lisboa Leitão de Souza, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e primeiro vice-presidente do Andes. A votação foi meteórica e, segundo os organizadores, havia 110 votos a favor, 4 contra e uma abstenção, ainda que não tenha ocorrido nenhuma contagem. Foram, ainda, acrescentados 485 votos favoráveis “por procuração”. Esse tipo de voto é comum em assembleias de condomínio, mas desconhecido em eleições de sindicatos combativos — e não estava previsto no edital.

“As procurações não foram mostradas”, adverte o professor Lisboa, um dos pouquíssimos defensores do Andes-SN a presenciar a assembleia do Proifes. Ele explica que os quatro votos contrários não partiram de-



**Professores federais na porta da CUT (acima). Seguranças impedem jornalistas de cobrir a assembleia (ao lado)**



le e de seus companheiros (os quais se recusaram a votar), mas dos delegados da Associação dos Professores Universitários de Belo Horizonte (Apubh), que pretendem criar um outro sindicato, local.

## Princípios elementares

Tão logo evidenciou-se a obstrução, o professor Ciro Correia, da USP e presidente do Andes-SN, orientou os docentes a registrarem-na em documentos individuais. “A situação aqui configurada fere os mais elementares princípios de civilidade e acesso a uma assembleia”, protestou. Acrescentou ainda: “Estes procedimentos são absolutamente incompatíveis com o edital, com a ética e com a legalidade”.

Em assembleia emergencial, realizada fora do prédio da CUT, Ciro lembrou que a criação do Andes-SN somente se deu após um ano de debates na base da categoria em todo o país, culminando com assembleia congressu-

al, composta por delegados retirados em assembleias das instituições de ensino superior em todos os estados, aberta à ampla participação dos docentes, da imprensa e do público.

“A história do Andes-SN se confunde com a história da Universidade pública brasileira, em plena Ditadura. Lutamos na Constituinte para que fosse possível a sindicalização do servidor público e, com outras entidades e movimentos, conseguimos isso na Constituição de 1988”, destacou o professor Roberto Leher, da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Na assembleia emergencial os professores que foram impedidos de entrar na CUT formalizaram três votações: 1. reafirmaram o Andes-SN como legítimo repre-

sentante dos docentes das instituições de ensino superior do país; 2. refutaram a criação de um novo sindicato na base de atuação do Andes-SN; 3. repudiaram os fatos e procedimentos praticados pela CUT/Proifes. Todos assinaram uma ata em que é relatado, em detalhes, o episódio da obstrução. Muitas fotografias atestam que a maior parte dos docentes foi deixada do lado de fora da sede da CUT, apesar de empunhar holleriths que comprovavam a condição de professores das universidades federais.

## Jornalistas barrados

Oito jornalistas profissionais que trabalham para associações docentes foram impedidos de entrar na sede da CUT para fazer a cobertura da assembleia do

Proifes. De início, ouviram dos seguranças, de um dirigente da CUT e de um funcionário da CUT que simplesmente não poderiam entrar, sem qualquer explicação. Posteriormente, encerrada a assembleia, alegou-se que repórteres e repórteres-fotográficos não entraram porque não haviam se credenciado antes. Depois tentaram desqualificar a atuação dos jornalistas alegando que suas “pautas” (matérias) já estariam escritas antecipadamente. Por fim, o secretário-geral da CUT, João Felício, acrescentou que a comissão de organização da assembleia havia proibido a entrada de qualquer pessoa que não fosse professor de universidade federal.

O presidente do Andes-SN declarou ao Informativo Adusp que a entidade vai reagir política e juridicamente a este ataque e às ilegalidades cometidas: “Se fosse uma assembleia de fato, a proposta teria sido derrotada pelos docentes de universidades federais presentes. Como foi uma farsa, é preciso mostrar para a sociedade que essa iniciativa vem de um grupo de professores que há anos tenta, sem sucesso, ganhar as eleições para o Andes-SN e, mais recentemente, se aliou ao governo na tentativa de legitimar uma entidade chapa-branca, que se conforme a um sindicalismo não combativo e descompromissado das demais demandas da sociedade”.

O professor Ciro também assinalou outra questão relacionada ao Proifes: “Não devemos, também, desconsiderar que muitos estejam ávidos por lançar mão do imposto sindical compulsório, agora também previsto para o setor público, mecanismo rejeitado pelo Andes-SN, que tem o compromisso estatutário de devolvê-lo aos docentes, em caso de recolhimento”.

Veja outras notícias e fotos em [www.adusp.org.br](http://www.adusp.org.br)

# FFLCH elegerá diretor após consulta

A Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) realiza entre os dias 15, 16 e 17/9, uma consulta on line aberta aos membros da comunidade (professores, funcionários e estudantes) sobre qual professor(a) deverá dirigir a unidade.

O passo seguinte do processo será a eleição do(a) diretor(a), no dia 18/9 a partir das 14 horas, mediante votação por colégio eleitoral fechado, formado pelos membros dos conselhos departamentais e da Congregação da FFLCH.

O Informativo Adusp ouviu os três candidatos: professora Maria Arminda do Nascimento Arruda, do Departamento de Sociologia;

professor Osvaldo Coggiola, do Departamento de História; e professora Sandra Margarida Nitrini, do Departamento de Letras.

Uma constante no discurso dos três candidatos é a necessidade de ampliação das formas de participação de funcionários e estudantes. A professora Maria Arminda, que apresenta um programa centrado na busca de um caminho autônomo para a FFLCH diante da “mudança dos tempos”, afirma: “Os professores e os funcionários têm uma vida na instituição. Os alunos têm também, mas de outra maneira. Penso como podemos contemplar uma ampliação de representação. Sem que isso aconteça não

podemos ter um diálogo mais efetivo”.

“O processo de eleição não é efetivamente democrático, mas no caso da FFLCH temos uma consulta que tem um peso político muito forte. Eu fiz minha campanha em função dessa consulta”, explica o professor Coggiola, que foca seu programa na defesa da universidade pública. Ele afirmou ter em mente a revisão do processo de eleição, em que o número de votos do colégio eleitoral é 150 — num universo em que cerca de 15.000 pessoas têm direito a participar da consulta direta: “Não é possível que a eleição para diretor leve em conta apenas 1% da comunidade”, pondera.

Já a professora Sandra Margarida Nitrini, questionada sobre o grau de democracia envolvido no processo eleitoral, avaliou que “essa é uma questão complexa e delicada”. Para ela, para haver mudanças nos espaços de deliberação “teria que se transformar a estrutura da instituição [USP]”; por isso a professora valoriza a ampliação da “representação responsável” junto aos órgãos colegiados.

A FFLCH criou uma página digital específica (<http://www.fflch.usp.br/eleicao/>) onde estão disponíveis todas as informações relativas à eleição, inclusive o programa dos candidatos.

## “A Batalha do Xingu”: índios em luta por rio e mata ancestrais

“A Batalha do Xingu” foi o tema de uma palestra do professor Arsênio Osvaldo Sevá Filho realizada no dia 21/8, no anfiteatro André Jacquemin da FFCL de Ribeirão Preto, por iniciativa da Adusp Regional. Seu objetivo: discutir os projetos hidroelétricos do Xingu, um dos rios que formam a complexa bacia hidrográfica amazônica.

Munido de farto material visual, o professor Sevá apontou as principais características geomorfológicas daquela região. Em seguida, fez uma comparação entre o potencial do rio Xingu e o de outros importantes rios, para demonstrar os impactos socioambientais que ocorrerão caso a barragem de Volta Grande seja concretizada. Segundo Sevá, a construção desse empreendimento trará sérias conseqüências à vida das populações locais, pois acabará com o que ele

denomina de monumento hidrofluvial.

Na segunda parte da exposição, Sevá apresentou um relato do que ocorreu no Encontro dos povos indígenas e movimentos sociais da bacia do rio Xingu. Este evento aconteceu em Altamira (Pará) em maio de 2008 e teve grande repercussão, pois um engenheiro da Eletrobrás saiu ferido. Para Sevá, esse fato ocorreu porque os indígenas não compreendiam por que os brancos voltaram a discutir projetos de construção de hidroelétricas na bacia do rio Xingu: para eles, esse era um assunto que havia sido encerrado mais de vinte anos atrás.

No final da palestra abriu-se um debate, ocasião em que muitos levantaram questões referentes às alternativas de geração de energia para o país. Ao responder a essas questões, Sevá deixou cla-

ro que os projetos de geração de energia devem ser pensados não apenas do ponto de vista da oferta, mas principalmente do consumo. Segundo ele, há energia suficiente para atender as demandas da população brasileira nos próximos anos.

As pressões por grandes hidroelétricas advêm basicamente dos grupos empresariais ligados à área de mineração e siderurgia que têm interesse em se valer da energia mais barata para reduzir custos e ampliar seus lucros, sem qualquer relação com as demandas reais de energia da população brasileira. As estatísticas referentes ao consumo mostram que o país depende cada vez menos de grandes hidroelétricas, na opinião de Sevá, para quem uma alternativa inteligente seria retomar as Pequenas Centrais Hidroelétricas (PCH's).

### Edital CR

Nos termos do Estatuto Social da Entidade, ficam convocados os associados, docentes da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) para a eleição de representantes no Conselho (CR), titular e suplente, a ser realizada nos dias 1º e 2 de outubro de 2008, das 9h às 21h. As inscrições de candidatos deverão ser efetuadas na sede da Adusp, sita à Av. Prof. Luciano Gualberto, trav. J, nº 374 - Prédio Antigo da Reitoria. O prazo para inscrição se encerra no dia 29/9/2008, às 18h.

São Paulo, 15/9/2008  
Prof. César A. Minto  
Presidente em exercício

*Nota: os docentes de unidades sem representantes no CR-Adusp poderão solicitar à diretoria a realização de eleições extraordinárias.*

# Osusp sofre com falta de reconhecimento político

Órgão da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária, a Orquestra da USP (Osusp) existe há 33 anos e é uma reconhecida orquestra profissional do país. Noticiada recentemente, a demissão em caráter definitivo do maestro Carlos Moreno trouxe às vistas uma realidade trabalhista que parece completamente descolada do sucesso artístico da orquestra e revela mais um espaço de precarização do trabalho na Universidade de São Paulo.

Audino Nuñez é violinista e chefe de seu naipe, o dos segundos violinos. Nuñez é parte da história da Osusp desde sua fundação, em 1975. “A nossa orquestra foi criada como orquestra profissional, não didática”. Essa vocação específica destoa daquilo que é vivido pelos músic-

cos: “Faltam instrumentos. Não temos ajuda para conservação de instrumentos”, relata Nuñez lembrando que, caros e de qualidade, os instrumentos são de propriedade dos músicos. “A USP não fornece nem sequer material como cordas”, completa o violinista.

Para o músico, falta o entendimento de que a orquestra “é diferente de qualquer departamento”, pois “não é didática, é artística” e tem, portanto, necessidades diferenciadas. Antes de vir para a Osusp, Nuñez integrava a Orquestra Sinfônica do Estado (Osesp). “O problema é que realmente a orquestra precisa de uma carreira para nós [os músicos]. Deveria ter uma carreira como na Unicamp já tem, de professor artista”, avalia.

## Baixos salários

O estopim da saída do maestro Carlos Moreno foi o enquadramento funcional dos músicos na USP. Moreno teve seu pedido de autorização para uma viagem em que pretendia celebrar parceria com uma orquestra japonesa negado pela direção da Osusp, sob a alegação de que não havia meios oficiais de fazê-lo. Contratados como celetistas pela universidade, os integrantes da orquestra e demais funcionários, incluindo os cargos de direção, recebem cerca de R\$ 3 mil mensais.

O ex-maestro aponta que um salário tão baixo, e a inexistência de remuneração diferenciada para as posições profissionais no corpo artístico, transformam a Osusp em uma exceção entre as orquestras profissionais; em al-

gumas, um espala pode ganhar até R\$ 12 mil. “A universidade, por várias razões, não atende uma realidade de mercado. A orquestra reflete a estrutura salarial da universidade”, declarou ao Informativo Adusp.

“O desafio para a universidade é ter um modelo de orquestra universitária”, pensa Moreno. Para ele, isso foi alcançado de certa forma, mas de um modo desequilibrado. “A gente cresceu muito artisticamente. Falta uma situação contratual ajustada à realidade do músico”, acrescenta.

## Reconhecimento

Moreno espera que sua saída ajude a repensar a situação da Osusp na universidade: “Essa estruturação, esse estudo de como funciona uma orquestra já foi mui-

to discutido com os pró-reitores. Tudo depende da vontade e do reconhecimento político. É tudo dentro do razoável o que está sendo pedido”.

Até o fechamento desta edição, o DRH não respondeu aos questionamentos da reportagem.

## Sexta Etapa regulariza situação de 678 “precários”

Recebemos no dia 5/9 ofício do Gabinete da Reitoria contendo a manifestação do setor de Serviços e Contratos Autárquicos e Docentes-Departamento de Recursos Humanos (SVCOAUD-DRH) sobre o andamento da Sexta Etapa do Programa de Apoio aos Concursos Públicos para provimento de Cargos de Professor Doutor, em resposta ao Ofício Adusp de 12/6/08.

De acordo com o documento enviado pela Reitoria, “foram distribuídos junto às Unidades/Órgãos 739 cargos vagos de Professor Doutor, ref. MS-3 [...] dos quais 698 concursos já foram finalizados”. Segundo o documento, “16 candidatos externos aos quadros de docentes da USP” foram aprovados; “4 docentes pertencentes aos quadros da USP foram reprovados nos concursos”, sem candidato aprovado para o provimento dos cargos correspondentes; 41 concursos não foram finalizados até o momento, dentre os quais 11 ainda aguardam a publicação do edital de aceitação do pedido de inscrição. Com isso, conclui-se que até agora 678 docentes com contratos precários tiveram sua situação regularizada.

## Incorporação incompleta preocupa docentes da EEL

A incorporação da Faenquil à USP, acontecida em 2006, criou a Escola de Engenharia de Lorena (EEL) e parece ser um processo irreversível. Mas, apesar de alunos, cursos e patrimônio pertencentes à USP, que os tem administrado com recursos repassados pelo Governo, a insatisfação de funcionários e docentes é cada vez maior. O professor Marco Antônio Carvalho Pereira, da Engenharia Química, detecta: “Eu sinto que o professor está muito cansado esperando isso [a incorporação completa]. Faz mais de dois anos”.

“Já houve mobilização [por parte dos professores], mas por pedido da Reitora estamos aguardando”, conta Pereira. A resposta que a EEL espera é do Governo. Em março de 2008, a Reitoria propôs ao Governo a

transferência do quadro de funcionários diretamente para a administração da USP. Também propôs administrar o quadro de docentes como um quadro em extinção.

A proposta vem associada à criação de 135 vagas de docentes e à concessão por parte do Governo à USP de 0,06% da cota-parte de arrecadação do ICMS, relativos ao orçamento da unidade no momento da incorporação. Na verdade, naquela época, a promessa do então secretário de Ciência e Tecnologia era de 0,07% e consta que isso está sendo repassado para a USP sob a forma de montante. Sob pressão, a Reitoria tem procurado amenizar a situação, estendendo, principalmente aos funcionários, benefícios iguais aos concedidos a seus colegas da USP, como auxílio-cre-

che e alimentação, mas não o reajuste do Cruesp.

## Deveres e direitos

Até o presente momento não houve resposta oficial do Governo à ação da Reitoria e o problema perdura. A qualidade do ensino, pesquisa e extensão prestados na unidade dependem de solução definitiva para a questão, pois na situação atual um clima de desânimo vem se instalando entre os docentes e funcionários. Dos 104 docentes existentes na época da incorporação, oito já deixaram o quadro.

Pereira confirma que a motivação dos professores tem diminuído: “Nós temos todos os deveres de um professor da USP, mas não temos o direito mais elementar que é o índice de reajuste salarial. Por enquanto, o único

direito que estamos pleiteando é a transferência completa para a USP”.

Do ponto de vista dos docentes, a implementação da proposta da Reitoria restauraria a tranquilidade, oferecendo perspectivas para o ingresso na carreira acadêmica ordinária e garantindo a manutenção dos índices de qualidade apresentados pela unidade, eliminando o risco de perda de profissionais e de competências acumuladas ao longo dos últimos 39 anos.

Nessa perspectiva, os docentes da EEL ficam na expectativa de que a questão venha a ser resolvida. A Adusp continuará pressionando a Reitoria e o governo estadual para que a incorporação da EEL se complete o mais brevemente possível.